



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

CERTIDÃO DE ATA DA REUNIÃO Ordinária Pública DO DIA 30 de março de 2022

----- Para os devidos efeitos se passa a presente certidão de parte da Ata da Reunião da Câmara Municipal de Vila Franca do Campo, realizada na data abaixo indicada: -----

----- Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e dois, pelas 10:00, nesta Vila e no Salão Nobre dos Paços do Concelho, reuniu, a Câmara Municipal, sob a presidência do senhor Ricardo Manuel de Amaral Rodrigues, com a presença dos senhores Vereadores, Graça De Fátima Bolarinho Ventura Melo, Carlos Manuel de Melo Pimentel, Conceição de Jesus Pinheiro Botelho Qumental, Emanuel Sousa Medeiros, Pedro Miguel de Guilherme Pacheco Costa, Eunice Maria Pinheiro Sousa. -----

----- Secretariou a reunião o Secretário da Vereação, Pedro Henrique Soares Correia. -----

----- Da Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e do respetivo edital, faz parte integrante o seguinte assunto: -----

ORDEM DO DIA

(DL. N.º 28/2022) – I. N.º 284/2022 – PROPOSTA DE DELIBERAÇÃO – APROVAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS DO ANO 2021 - Pelo Presidente da Câmara Municipal foram apresentados os documentos de prestação de contas da autarquia referentes ao ano de 2021. -----

Começou por destacar que a Câmara Municipal, no ano de dois mil e vinte e um, teve um saldo líquido positivo de 1.238.000,00€ (um milhão e duzentos e trinta e oito mil euros), que transita para o ano seguinte. Em termos gerais, têm uma dívida que é pública e que convém sempre ser recordada, estando naquela aprovação de contas parte da dívida. Recordou que a dívida geral era de 32.000.000,00€ (trinta e dois milhões de euros) e que, numa perspetiva geral, a execução da receita correu muito bem, ou seja, receberam o que previram. A execução foi de noventa e nove por cento nas despesas correntes e de quarenta e três por cento nas despesas de capital. Prosseguiu dizendo que, quando foi acionado o acordo com o Fundo de Apoio Municipal com um Plano de Apoio Municipal, fixaram determinados valores como a receita que seria e que achavam que iam ter nos próximos anos e, relativamente àquela matéria, conseguiram uma receita superior, em dois mil e vinte e um, de 803.000,00€ (oitocentos e três mil euros), ou seja, para negociarem com o PAM as futuras medidas, este ano a Câmara Municipal tem uma diferença entre o que prometeram ao PAM que seria a receita e aquilo que efetivamente receberam, estando confortáveis. Uma outra ação explicitada tem a ver com as despesas com o pessoal. O Presidente informou que, no compromisso com o FAM, há um plafond com despesas com pessoal de dois milhões setecentos e dezasseis mil euros, arredondado, tendo a execução sido de dois milhões oitocentos e dezasseis mil euros, portanto mais cerca de 100.000 euros (cem mil euros), sendo uma área que fazia parte do acordo que têm com o consultor de tentar



convencer o FAM de que o volume salarial está abaixo das necessidades da Câmara Municipal, ou seja, precisam de contratar mais pessoas para uma correta execução do que são as competências da Câmara Municipal. Mais disse que, desde logo, há o problema que resulta de um acordo, por exemplo, para contratar motoristas, não podendo abrir nenhum concurso face aos valores existentes, derivado do facto de o valor negociado com o FAM para salários estar correto e a negociação foi feita há três ou quatro anos atrás, mas o sucessivo aumento dos salários mínimos teve muito impacto naquele valor, sendo algo não previsível e não esperando que o salário mínimo aumentasse tão rapidamente, o que fez com que grande parte do volume salarial fosse esgotado. Portanto, é possível afirmar que, nos últimos quatro anos, a Câmara Municipal tem tido saldos médios superiores a 400 mil euros (quatrocentos mil euros), ou seja, têm tido uma média sustentável de crescimento da receita. As medidas que preveem de beneficiação fiscal e de isenção de taxas (Bombeiros, filarmónicas), rondarão os 80 mil euros (oitenta mil euros). Portanto sobram cerca de 300 mil euros (trezentos mil euros) que querem apresentar ao FAM como necessidade de aumento da massa salarial naquele valor, ou seja, era aquela negociação que se seguia para lhes poderem habilitar fazer contratações para os Quadros da Câmara. Referiu que a Câmara Municipal não pode abrir nenhum concurso público no presente por terem esgotado o plafond de massa salarial no que se refere aos compromissos com o FAM. Mais informou que aquela negociação pretende aumentar aquele valor, fundamentando naquilo que constitui a prática e coerência que têm na sustentabilidade das contas e que permitirá aumentar a massa salarial. No presente ano será difícil a contratação para o quadro de condutores, embora seja possível, através de uma prestação de serviços, tal como está no acordo que contempla 90 mil euros (noventa mil euros) para aquisição de um minibus. Informou que a revisão que pretendem do acordo com o FAM tem várias áreas: por um lado a baixa de impostos, por outro, o aumento do volume salarial. O rigor das contas atuais permite fundamentar aquela revisão e estavam convencidos que tinham expectativas positivas no sentido que o FAM aceite os argumentos apresentados para aquela revisão orçamental. --- Terminou resumindo que a Câmara Municipal tinha uma prestação de contas para o corrente ano; tinha um saldo positivo de 1.238.084,35€ (um milhão, duzentos e trinta e oito mil, oitenta e quatro euros e trinta e cinco cêntimos); tinha um problema com as despesas com pessoal; no plano da Receita Geral versus Despesa Geral, com os compromissos que têm com o FAM, a receita em relação ao PAM tem uma divergência positiva de oitocentos e três mil euros, o que significa que estão a cumprir, em geral, com os compromissos e têm "campo de manobra" para poder pedir aquela reformulação do acordo com o FAM. -----

O Vereador Pedro Costa fez uso da palavra para confirmar que o Presidente referiu que a negociação com o FAM tinha dois objetivos, sendo que o primeiro era obter a baixa de impostos e o segundo era referente à contratação de mais funcionários (motoristas) para os quadros, e que tal só aconteceria em dois mil e vinte e três. -----

O Presidente da Câmara confirmou. -----

O Vereador Emanuel Medeiros fez uso da palavra para referir que, tendo em conta a análise feita pelo Presidente, congratulavam a Câmara Municipal pelo saldo positivo de um milhão e duzentos mil euros, reconhecendo o rigor da gestão do Presidente, não só no ano transato, mas também nos anos anteriores, tentando o reequilíbrio das contas do Município tendo em conta as obrigações do FAM. No entanto, constataram (PSD) que, relativamente ao total da despesa, há um peso bastante significativo ao nível da despesa corrente. Na despesa corrente, por comparação com o total da despesa de capital, a despesa corrente assumia um total de 78% (setenta e oito por cento), enquanto a despesa de capital



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

assumia 22% (vinte e dois por cento). Para a bancada do PSD aquela situação deveria ser invertida ou, pelo menos, que houvesse uma aproximação às despesas de capital nos próximos anos, visto que as despesas de capital são os investimentos na economia do concelho, as que promovem o emprego, promovem a atração de outras empresas ao concelho, promovem a riqueza do município. Também constatou o balanço que consta na Caixa e depósitos à ordem, correspondente a um saldo de cinco milhões e cinquenta e dois mil euros. Subtraindo as operações de Tesouraria, tinham um saldo orçamental de quatro milhões e novecentos mil euros. Questionou o Presidente sobre a que se devia tanto dinheiro na conta bancária da Câmara Municipal. -----

O Presidente da Câmara informou que aquela explicação estava prevista ser dada no ponto seguinte - a Revisão Orçamental - mas que em todo o caso podia antecipar e tratar em conjunto o ponto seguinte. Explicou que há regras relativamente às despesas de capital e às despesas correntes, pelo que tentavam cumprir as regras estabelecidas, reconhecendo que havia um ligeiro desvio, não muito grande, relativamente ao que eram as exigências das despesas correntes e de capital. Prosseguiu dizendo que os anos de dois mil e vinte e dois e dois mil e vinte e um não eram "anos-regra" para cumprirem as regras de despesas de capital, pois, por exemplo, na despesa corrente entraram os apoios dados às empresas por via da pandemia e que tinham ascendido a mais de seiscentos mil euros. Mais disse que, num orçamento de despesas correntes à volta dos cinco milhões ou seis milhões, correspondia a dez por cento do valor, ou seja, os dois anos que se passaram não eram bons na gestão que tinha sido feita relativamente às despesas correntes e às de capital. Mais disse que houve, em simultâneo, um atraso significativo nas obras, por via da pandemia, ou seja, verificou-se por um lado um aumento da despesa corrente por via da pandemia e por outro lado uma diminuição da execução das obras, também por via de doenças, de ficarem em casa, etc., Referiu que a tendência é cumprir a legalidade e têm justificação para poder, neste ano, haver uma divergência de maior despesa corrente e de menor despesa de capital, tendo a ver com os apoios dados às empresas (e que são despesa corrente) e até mesmo o grande volume de aquisição de máscaras. Terminou dizendo que, no próximo ano, estava convencido que se não houvesse outras desgraças (como a atual guerra), aquele equilíbrio poderia ser conseguido. Prosseguiu dizendo que, na verdade e mesmo assim relativamente àquilo que eram os compromissos com o FAM, têm sempre o fundamento de dizer que as despesas correntes foram ligeiramente superiores e as de capital foram inferiores, mas que, no computo geral, têm oitocentos e três mil euros de diferença positiva, ou seja, continuam a ter alguma argumentação. O assunto é debatido agora porque os quatro milhões e novecentos e vinte mil euros corresponde a receita que a Câmara Municipal integrou na segunda revisão orçamental a discutir a seguir. -----

O Vereador Emanuel Medeiros repetiu que apenas queria saber o porquê daquele saldo e se tinha a ver com receita caucionada. -----

O Presidente explicou que, ao longo dos últimos anos, tiveram sempre saldos positivos. O último verificado foi de um milhão e tal neste ano e que, somando aos saldos positivos dos anos anteriores, dava à volta de três milhões de euros positivos. Agora o que a Câmara Municipal tem é um "escorregar" das obras que fez com que o dinheiro relativamente às mesmas não fosse gasto. O Corpo Santo agora é que está a ser executado, sendo um milhão e 300 mil euros, portanto vão ter de ter o dinheiro para uma execução que estava prevista terminar no primeiro trimestre deste ano. Mais disse que também têm a ampliação do Parque Industrial, que são três milhões e tal de euros, sendo que, da parte da Câmara Municipal, teriam que ter setecentos e tal mil euros, tendo aquela obra derrapado



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

também, sendo, portanto, a soma das derrapagens de investimento de capital que justificavam a diminuição do investimento, como também os saldos de gerência dos vários anos e uma gestão rigorosa, ou seja, se lhes costumavam apontar que nos anos de eleições anteriores gastavam todo o dinheiro que tinham, agora concluíam-se que, no ano de eleições, o Presidente não gastou todo o dinheiro que tinha, mantendo a mesma cadência de investimento e de receita, sendo aquilo precisamente que lhes ia permitir negociar com o FAM, pois se fosse tentar fazer tudo o que era preciso fazer, e é preciso - como mais investimentos em asfaltagem - até teriam dinheiro para tudo isso, mas ficavam sem argumentos face ao FAM para diminuir os impostos porque teriam gasto o dinheiro todo. Mais disse que tem que ir fazendo sempre, mas com o dinheiro que a Câmara Municipal tem e tentar ter, também, uma "almofada" pois a Câmara Municipal há décadas que não tem almofadas financeiras, tendo sempre gasto tudo e, não fosse esta capacidade que esta Câmara Municipal teve de poupar, teriam tido um grave problema durante a pandemia, pois não haveria dinheiro pra ajudar as empresas e as famílias e questionando se, agora com a guerra, se não haveria mais necessidade de ajudar, pois os combustíveis não parariam de subir, tal como os preços dos bens essenciais, sendo necessário haver sempre algo de reserva para poder socorrer as populações. Felizmente a Câmara Municipal soma neste momento quatro milhões, novecentos e vinte e oito mil euros, que é o saldo de gerência que foi acumulado ao longo dos anos, retirando, também, os investimentos que estão em curso e serão pagos este ano, ou seja, serão precisos centenas de milhares de euros para pagar esses investimentos e também para a aquisição de casas, pois se a primeira casa que adquirirem der certo, ou seja, se receberem do IHRU o dinheiro, vão continuar a adquirir mais casas até aquelas que o plano da Câmara Municipal permite, e só lhes pagam se a Câmara Municipal pagar à frente para depois receber do IHRU, portanto, quem não tem dinheiro para pagar não consegue provar que pagou para receber, sendo necessário ter em atenção essa maleabilidade financeira e que a Câmara Municipal tem. -----

O Vereador Pedro Costa fez uso da palavra para esclarecer que a bancada do PSD, tendo em conta o que se passa na Câmara Municipal e na Assembleia Municipal, achava que o Presidente pensava que eles teriam uma postura do "bota-abaxo". Não são assim, não trabalham nem pensam assim e são pessoas responsáveis, sendo que as únicas intervenções surgem de dúvidas normais que têm e, por vezes, há debate de ideias divergentes, mas nunca farão um tipo de política só do contra e irresponsável, não caindo em populismos. Quando há que dizer que sim, dizem que sim. Quando têm de criticar, criticam, quando têm que valorizar, valorizam, sendo que será sempre aquela a postura deles nos próximos anos e que as pessoas não esperem que eles apenas estarão ali para criticar e apenas com o objetivo de derrotar. Reforçou a ideia para as pessoas entenderem qual a postura da bancada do PSD e que é apenas a do bem-estar da comunidade. -----

O Presidente referiu que uma das vantagens das transmissões em direto era, precisamente, os conterrâneos poderem ver e perceber a argumentação de uns e outros. Mais disse que a discórdia era fundamental para que haja bom senso, pelo que encarava com naturalidade algumas divergências, como encarava com naturalidade alguns consensos, fazendo parte da democracia. Em todo o caso, o que ali lhes trazia era a aprovação das contas do exercício de dois mil e vinte e um e que apresentou um saldo líquido positivo de um milhão e duzentos e trinta e oito mil euros. -----



Câmara Municipal de Vila Franca do Campo

	S/N	Obs.
1. Balanço (B)	S	
a) Total do Ativo		111.815.788,90
b) Total do Património Líquido		77.946.755,36
c) Total do Passivo		33.869.033,54
2. Demonstração de Resultados (DR)	S	
a) Total de Rendimentos		11.164.960,73
b) Total de Gastos		9.926.876,38
c) Resultado Líquido		1.238.084,35
3. Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)	S	
a) Total de Recebimentos		12.004.427,58
b) Total de Pagamentos		10.905.029,89
4. Demonstração do Desempenho Orçamental (DDO)	S	
a) Total de Receita		15.803.593,76
b) Total de Despesa		10.877.933,64
c) Saldo inicial Operações Orçamentais		3.858.554,94
d) Saldo inicial Operações Tesouraria		98.462,97
e) Saldo final Operações Orçamentais		4.925.660,12
f) Saldo final Operações Tesouraria		130.755,48

Submetidos a votação, a Câmara Municipal deliberou aprovar os documentos de prestação de contas do Município referentes ao ano de dois mil e vinte e um, que serão também submetidos a apreciação da Assembleia Municipal. Abstiveram-se os Vereadores do PSD.

Vila Franca do Campo, 11 de abril de 2022

A Coordenadora Técnica

Maria Luísa Pacheco Simas